

EMPREGO, DESEMPREGO E SUBEMPREGO: UMA REVISÃO DA LITERATURA CRÍTICA

*Beatriz Regina Zago de Azevedo**

O desemprego e a ocupação precária constituem-se em dois grandes problemas que afligem a sociedade brasileira. O hábito de discutir tais questões, no entanto, não é recente. Conceitos e versões teóricas têm-se sucedido, ao longo do tempo, no mundo acadêmico, tentando dar conta do sentido dessas categorias na lógica de funcionamento do capitalismo.

Na América Latina, essa discussão ganhou impulso e novos contornos a partir da década de 60, em meio ao debate dos efeitos da expansão do capitalismo na periferia do sistema mundial. Atribuía-se um caráter perverso ao capitalismo latino-americano pelo fato de a um vigoroso crescimento das forças produtivas não corresponder uma criação "suficiente" de novos empregos.

Tomados de uma euforia desenvolvimentista que impregnou os anos 60, os teóricos da modernização, que, dominavam na época o pensamento sociológico, apostavam no crescimento da região, particularmente no do seu setor industrial, como único remédio para aliviar essa perversidade. A inconsistência dessa tese, no entanto, foi logo comprovada tanto empírica como teoricamente. Empiricamente porque a realidade dos países dependentes demonstrou não ser tão ampla a crescente expansão do regime de trabalho assalariado quanto se esperava. Por outro lado, a teoria encarregou-se de provar mais uma vez que não haveria porque alimentar essa expectativa, já que a possibilidade de incorporação no mercado de trabalho é, por princípio, restrita. E isso em função da própria lógica de expansão do capital e não devido a uma insuficiência dinâmica do capitalismo na região, como queriam alguns autores. Conforme Tavares (1974, p.157-8).

"Marginalidade, desemprego estrutural, infraconsumo, etc. não constituem em si mesmo, nem necessariamente, problemas fundamentais para a dinâmica capitalista (. . .). Nesse sentido, poder-se-ia dizer que, enquanto o capitalismo brasileiro se desenvolve satisfatoriamente, a Nação, a maioria da população,

*Economista da Fundação de Economia e Estatística.

permanece em condições de grande privação econômica e em grande medida devido ao dinamismo do sistema ou, se se quer, do tipo de dinamismo que o anima”.

A idéia de que a produção de excedente de força de trabalho faz parte do modo como avança o capitalismo, principalmente nas economias dependentes, está presente também nas interpretações mais recentes de Singer (1977), Faria (1974) e Kowarick (1977). Todos esses trabalhos se posicionam no sentido de encarar o desemprego e seus correlatos como componentes intrínsecos ao processo de produção capitalista, resultantes de contradições básicas e essenciais deste mesmo sistema, e não mais como disfunções ou desequilíbrios temporários entre as partes que o compõem.

No trabalho de Singer (1977) – **Emprego, produção e reprodução da força de trabalho** –, encontra-se uma crítica incisiva à tese de que o processo de desenvolvimento não teria “absorvido” os recursos humanos disponíveis. Esse enfoque da questão, que tem embasado, em geral, a discussão acerca da problemática do emprego nos países subdesenvolvidos, é um tanto duvidoso, porque, para o autor, parte de pressupostos emaranhados e não explicitados. Uma das falsas suposições em que se baseia esse raciocínio seria a de que a absorção de recursos humanos implicaria uma situação em que todos os adultos em idade de trabalhar lograssem obter um emprego razoavelmente remunerado. Singer critica essa postura, salientando que, sob essa forma de pensar, o emprego deixa de ser encarado como uma atividade e passo a ser visto como apenas uma maneira de obtenção de uma parcela dos frutos da atividade produtiva. Além disso, formulações como essas, segundo ainda o autor,

“(. . .) pressupõem que a pobreza, nestes países, se origina no desemprego ou, por outra, que quem dispõe de ‘emprego’, isto é, de qualquer tipo de atividade, dispõe de uma ‘oportunidade de ganhar a vida’. Ora, é fácil mostrar que esses pressupostos são falsos. É claro que todos os que estão, de uma maneira ou de outra, ‘empregados’ ganham a vida, mas os que não estão também a ganham, pois em caso contrário não estariam vivos” (Singer, 1977, p.100).

Avançando em sua crítica, e de forma original, Singer (1977, p.10) mostra que, em última análise, não é nenhum privilégio, sob a ótica do trabalhador, ter a quem vender sua força de trabalho:

“A ótica que vê no emprego um benefício a ser esperado do crescimento econômico é a ótica do capital que tende a se justificar socialmente com o fato de que oferece lugares de trabalho a numerosas pessoas. Do ponto de vista destas pessoas que se vêem obrigadas a se esfalfar por toda vida em troca de uma remuneração quase nunca adequada, o privilégio de ter para quem vender sua força de trabalho é duvidoso”.

De qualquer forma, fechando seu raciocínio, o autor demonstra que, à medida que se dá o desenvolvimento das forças produtivas, há necessariamente absorção de mão-de-obra. Isso porque a acumulação pressupõe a expansão do volume de trabalho social, pois é este que se converte em valor, sendo parte dele acumulada sob a forma de novo capital. Assim, havendo acumulação, o emprego na economia ca-

pitalista não pode deixar de crescer. O que não se pode supor, no entanto, é que o volume desse crescimento se atrele à dinâmica de crescimento da população.

Também nessa linha, apresenta-se o argumento de Faria (1974) ao criticar as teorias que costumam explicar a persistência do desemprego e do subemprego na periferia pelo uso de tecnologia “inadequada”. Atribuir um caráter perverso ou irracional à tecnologia utilizada nos países dependentes seria admitir que a ação do capital na escolha dos fatores deixaria, em algum momento, de corresponder às suas próprias necessidades de expansão, tornando-se, desta forma, mais sensível às necessidades da população através de um uso mais intensivo do fator trabalho.

O autor (1974, p.136) propõe um ângulo diverso para o exame da questão tecnológica:

“(. . .) o capitalismo se desenvolve, na periferia como em qualquer outro lugar, destruindo formas mais arcaicas (do ponto de vista do capital) de produção, convertendo a mais-valia absoluta em mais-valia relativa, alterando a composição orgânica do capital e tudo isso para garantir o seu processo de produção ampliada (. . .). Nesse contexto, o uso da tecnologia avançada pode corresponder às necessidades de desenvolvimento da acumulação do capital, sendo a opção contrária a opção irracional”.

A respeito do impacto da inovação tecnológica sobre a oferta de emprego, menciona Aguiar (1983, p.109):

“Orientada em primeira linha para a obtenção do máximo lucro, a nova tecnologia em geral destrói empregos antes de criar — direta ou indiretamente — as condições para o surgimento de um número equivalente ou maior de novos empregos. ‘Racionalizar’ a produção para obter lucro e supremacia, ou mesmo para permanecerem competitivas, requer que as empresas — especialmente as de grande porte — introduzam cada vez mais depressa métodos produtivos que utilizam intensivamente tecnologias, pesquisa e gerência sofisticadas, que acabam provocando dispensa”.

Em geral, as teorias que tratam da marginalidade, ao exigir do capital a responsabilidade de garantir emprego e condições de vida à população, estão invertendo os termos do chamado problema populacional. Ou seja, ao invés de sua explicação vincular o crescimento populacional às necessidades dinâmicas da produção capitalista, acaba por subordinar a dinâmica da acumulação à dinâmica da população. Concluindo, a dinâmica de expansão do capital não pressupõe sua adequação a volumes dados da população, mas, ao contrário, é ela quem determina e garante os volumes de população de que necessita, incluindo-se aí seu exército industrial de reserva. Em seu artigo **A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital**, ao apresentar a teoria marxista da população, Oliveira (1976, p.16) revela que

“(. . .) a **população para o capital não é imediatamente população** (entendida esta no sentido de um conjunto de indivíduos da mesma espécie) mas uma potência desta: de fato, **força de trabalho não é população**, mas a capacidade de trabalho de uma população. (. . .) a própria força de trabalho foi transformada numa **mercadoria**, cujas flutuações, taxas de crescimento, mortali-

dade, fertilidade, estruturas etárias e movimentos migratórios são funções do nível e da taxa de acumulação e do seu ciclo”.

Faria (1974) sugere ainda, para um avanço maior na análise científica dessa questão, que se pergunte quais seriam os fatores determinantes que contribuiriam para qualificar as formas de expansão das forças produtivas na periferia e seu relacionamento com o crescimento populacional e com o emprego. Para isso, seria necessário especificar os componentes do processo de pauperização, proletarianização e marginalização, relacionando-os à expansão capitalista em geral, à expansão capitalista na periferia e às condições históricas peculiares de cada situação.

Em seu livro **Capitalismo e marginalidade na América Latina**, Kowarick propõe-se a examinar o processo de marginalização na América Latina, tendo em vista sua inserção no sistema capitalista e sua situação de dependência. A explicação do autor para a existência de um amplo excedente de força de trabalho na região estaria no caráter excludente e desigual de que se revestiu o desenvolvimento industrial desses países, uma vez que seu avanço se deu através do uso de tecnologia poupadora de mão-de-obra num quadro de concentração e centralização econômica cada vez mais decorrente da dinâmica das grandes redes monopolistas. Isto é, “A industrialização apoia-se (. . .) num mercado de trabalho restritivo, desvinculando a oferta de trabalhadores que advém das fontes migratórias e do crescimento vegetativo face a uma dinâmica que ao mesmo tempo gera uma quantidade relativamente diminuta de empregos no setor industrial e desorganiza parte das atividades econômicas tradicionais preexistentes” (Kowarick, 1977, p.73-4).

Em suma, a dependência seria a causa da não-incorporação ao mercado formal de trabalho de parcelas da mão-de-obra, uma vez que a industrialização dependente contém em si mesma a inevitabilidade da marginalização de vastos e crescentes setores da população urbana: “(. . .) na medida em que o setor industrial se torna hegemônico, para cada quantidade suplementar de capital criado, incorpora ao seu âmbito de produção parcelas relativamente menores de trabalho adicional” (Kowarick, 1977, p.73).

Esse argumento é relativizado por Singer (1977) quando mostra que, se por um lado a dependência é responsável apenas parcialmente pela marginalização de segmentos da população urbana, por outro isto não se deve ao fato de provocar desemprego pelo uso de técnicas intensivas em capital, mas sim porque o excedente gerado desta forma não é acumulado em sua totalidade dentro desses países. O autor adverte, no entanto, que mesmo um capitalismo “nacional” não produziria um resultado muito diferente, qual seja, uma maior acumulação de capital em cada país (Singer, apud Oliven, 1980, p.42-3).

Faria (1974) critica também o enfoque que associa a marginalidade a uma situação de dependência/periferia. Em primeiro lugar, porque essa associação não resulta de um exame científico e cuidadoso acerca das possibilidades do capitalismo tanto no centro como na periferia. Em segundo lugar, porque essas teorias não logram mostrar com rigor, de um lado, o fato de que o capitalismo, ao expandir-se em sua periferia, não possa desenvolver as forças produtivas e, de outro, que o de-

envolvimento capitalista suponha a existência constante de pleno emprego. Somente a demonstração desses dois fatos permitiria a conclusão de que o capitalismo estaria assumindo formas mais perversas na periferia.

Singer (1977), nesse sentido, destaca que, para entender por que persistem o desemprego e o chamado subemprego, é preciso examinar, antes de mais nada, de que maneira o capital produz a força de trabalho de que necessita nas economias subdesenvolvidas.

Nas economias periféricas, como um contingente significativo da população ainda está engajado em atividades consideradas não tipicamente capitalistas, a destruição destas atividades implica um fluxo contínuo de mão-de-obra que se destina ao mercado capitalista de trabalho. O processo de produção de força de trabalho assume também diferentes formas, dentre elas a capitalização de atividades antes organizadas sob forma de exploração semi-servil ou produção simples de mercadorias (pequenos comerciantes e artesãos), a transformação de atividades voltadas para o autoconsumo em produção mercantil (serviços domésticos passando a ser realizados por empresas capitalistas), a liberação de um excedente de força de trabalho engajado na produção simples de mercadorias via aumento de produtividade (por exemplo, uso de aparelhos domésticos reduzindo a duração das tarefas das donas-de-casa), etc.

Assim, a vasta disponibilidade, nos países subdesenvolvidos, de grandes massas incorporadas em atividades não capitalistas faz com que a produção de sua força de trabalho — mediante a inserção destes contingentes nas relações de produção capitalistas — se torne o modo específico pelo qual se dá a expansão de suas forças produtivas. No entanto, como essa inserção se verifica, teoricamente, em duas etapas, sendo a primeira a liberação da mão-de-obra (via a destruição das atividades onde se achava ocupada) e a segunda, sua efetiva incorporação no mercado de trabalho capitalista, é justamente a ausência de coordenação entre elas que provoca o surgimento do fenômeno do desemprego.

Ainda mais, como toda economia capitalista, as economias subdesenvolvidas, ao estarem sujeitas ao ciclo de conjuntura, passando continuamente pelas fases de ascensão, crise e depressão, têm o ritmo e o equilíbrio das etapas de sua produção de força de trabalho afetados por estas variações conjunturais. Assim é que, em fases de baixa conjuntural, crise ou recessão, com a redução dos níveis de demanda e das atividades em geral, tende a se acentuar a liberação de trabalhadores, à medida que são destruídas as atividades dos pequenos capitalistas e dos trabalhadores por conta própria e estes passam a fazer parte da reserva de mão-de-obra da economia.

Em consequência, cria-se um excedente que dificilmente será aproveitado pelo capital quando este retomar sua marcha ascendente, pois a retomada do processo de crescimento, mesmo levando à ampliação da demanda por mão-de-obra, não implica a absorção plena dos trabalhadores já disponíveis. Isso porque a produção de força de trabalho pelo capital tende sempre a ultrapassar suas necessidades reais de mão-de-obra, sendo regra geral justamente uma relação inversa entre o tamanho do excedente e o ritmo de expansão econômica. Conforme Cunha (1979, p.34),

“É nesse sentido a observação de Marx que a acumulação de capital determi-

na tanto a demanda como a oferta de trabalho: dado o excedente de mão-de-obra, a oferta e a procura de trabalho deixam de ser movimentos que partem de lados opostos, o do capital e o da força de trabalho. O capital age dos dois lados ao mesmo tempo. Se sua acumulação aumenta a demanda de mão-de-obra, aumenta também a oferta ao destruir posições de trabalho preexistentes”.

Assim, uma das contradições essenciais do capitalismo, a de tender a liberar quantidades de força de trabalho muito maiores do que as que são efetivamente incorporadas ao sistema, também explica a persistência do fenômeno do desemprego e subemprego nas economias capitalistas atrasadas.

A importância de rever a bibliografia hoje existente sobre o emprego reside também na necessidade de avaliar criticamente o uso dos termos **desemprego** e **subemprego**, conceitos amplamente difundidos, e de repensá-los de acordo com a realidade brasileira. Tendo isso em vista, far-se-á referência a alguns estudos mais representativos da discussão sobre esses conceitos e que, de certa forma, contribuíram para imprimir, em suas respectivas épocas, novos rumos ao debate.

A revisão da literatura disponível sobre o assunto permite inferir a diversidade de acepções que tais conceitos assumem ao longo do tempo e segundo os diferentes autores. Os textos de O'Brien & Salm (1970), Hoffmann (1977), Castan (1975), Almeida (1979) e Singer (1971) são bastante úteis no sentido de esclarecer o conteúdo dessas expressões.

O uso corrente dos termos **desemprego** e **subemprego** na terminologia econômica não é recente, datando de fins do século XIX. Mas um esforço teórico mais específico no sentido de melhor explicar o significado dessas categorias foi empreendido pelos economistas a partir da década de 30, quando então a depressão que as economias capitalistas atravessavam impunha uma preocupação mais intensa com o assunto. Contrariando as teses já existentes sobre a questão do desemprego que o viam como um fenômeno cíclico, temporário e essencialmente autocorretivo — através do confronto de forças em um mercado competitivo —, Keynes inaugura uma nova visão do problema (O'Brien & Salm, 1970).

O pensamento keynesiano demonstrou serem falsas tais suposições acerca do movimento do emprego, negando a possibilidade de uma eliminação automática do desemprego pelo livre jogo das forças de mercado, mesmo em se tratando de um mercado regido pelas leis da concorrência perfeita. Para Keynes, a intervenção do Estado na regulação das forças de mercado seria fundamental, pois, segundo ele,

“O volume global de emprego só poderia ser aumentado através de maior ‘demanda agregada’, seja através do gasto público deficitário (aumento da demanda governamental) ou de uma política monetária expansionista (aumento da demanda privada)” (O'Brien & Salm, 1970, p.94).

Na verdade, a análise keynesiana limita-se ao exame do desemprego involuntário, ou seja, uma situação em que as pessoas oferecem sua força de trabalho disponível aos salários vigentes e, mesmo assim, não logram inserir-se no mercado de trabalho assalariado.

Outra contribuição importante no exame do desemprego nas economias capitalistas foi dada por Joan Robinson ao introduzir o conceito de desemprego disfarçado. Esta noção abarcava o conjunto de atividades econômicas consideradas “inferiores”, geralmente organizadas de forma autônoma e que ocupavam indivíduos que haviam perdido empregos de altas produtividade e remuneração. Em suma, tais atividades nada mais eram do que alternativas de sobrevivência que os trabalhadores expulsos do mercado de trabalho capitalista buscavam para fazer frente ao desemprego completo (O’Brien & Salm, 1970).

Esse conceito é posteriormente aplicado à situação observada nos países atrasados, especialmente ao caso de suas áreas rurais, nas décadas de 40 e 50. Nessas, onde se ocupavam em atividades primárias cerca de 70 ou 80% da população, a maioria da força de trabalho parecia estar subempregada na maior parte do tempo. Nas cidades, o mesmo fenômeno refletia-se na subutilização de um grande número de pessoas ocupadas em atividades de baixa produtividade, particularmente no pequeno comércio varejista, nos serviços pessoais e nos domésticos.

Cabe ainda distinguir um tipo de desemprego friccional ou flutuante utilizado para designar a situação de trabalhadores que, eventualmente, ao trocarem de fábrica ou de ramo de trabalho, permanecem temporariamente desocupados no intervalo de tempo entre um emprego e outro: “Seria mais uma ‘inconstância de emprego’, sem maior gravidade na medida em que o desemprego seja apenas temporário e, natural, reabsorvido pelo sistema” (Hoffmann, 1977, p.58-9).

Outra variante, conforme Hoffmann (1977), seria o desemprego tecnológico, conceito este referido sobretudo ao caso dos países capitalistas desenvolvidos. A criação contínua e intensa de novas técnicas de produção e de novos produtos tornaria despreparada para exercer suas funções boa parte da força de trabalho, no sentido de que sua qualificação se tornaria obsoleta face às inovações tecnológicas introduzidas no processo de produção.

De todos esses conceitos, porém, os mais controvertidos, justamente por sua relevância nas economias atrasadas, são os de subemprego (ou subocupação) e desemprego disfarçado (ou falso emprego), categorias estas utilizadas pelos teóricos para definir o grau de subutilização da mão-de-obra no processo produtivo. Essa medição é feita, em geral, a partir de determinados critérios, cujos parâmetros, e aí está a principal crítica a esses conceitos, são dados pelos padrões de produção capitalistas.

No caso do subemprego, um dos parâmetros mais utilizados é a jornada semanal de trabalho de 40 horas, ou seja, os indivíduos que trabalham menos do que este montante de tempo seriam considerados subempregados. Castan (1975, p.119), por exemplo, critica a escolha desse parâmetro em função de sua forte ligação com fatores institucionais:

“As 40 horas semanais refletem a exigência legal presente na CLT que limita o tempo de trabalho **normal** aos assalariados em 44 horas semanais. Trata-se de um aspecto característico daqueles setores de atividades que se convencionou chamar de **mercado formal**, formado por unidades produtivas registradas, cuja atuação se dá nos limites do aparato legal vigente. (. . .) No entanto, caso

se utilize este padrão indistintamente para o conjunto de atividades classificadas no **mercado não formalizado**, poder-se-á incorrer em erro. Qual o significado que existe em fixar um certo número de horas de trabalho para um grupo de indivíduos cuja atividade é definida, em parte, como intermitente?”.

Singer (1971, p.22), por sua vez, critica a dificuldade encontrada na distinção entre ocupação e subocupação, apontando para o fato de que

“Teoricamente o subocupado não é apenas a pessoa que trabalha menos que uma jornada completa (. . .), mas a pessoa nesta situação que **tem condições** de trabalhar por um período maior do que realmente o faz. Não são subocupados aqueles que se dedicam a atividades individuais (afazeres domésticos, estudo) e efetivamente trabalham durante o resto do tempo que têm disponível”.

Quanto ao desemprego disfarçado, este definiria uma situação em que “(. . .) há mais mão-de-obra do que a necessária para realizar uma determinada atividade. Dispensando esta parcela excedente, a produção continuaria a se dar no mesmo nível de antes” (Castan, 1975, p.120).

A crítica a essa categoria refere-se ao fato de que ela é usada para evidenciar a tese da inchação do Setor Terciário, no sentido de que este setor, ao abarcar múltiplas atividades de baixa produtividade, teria como forma dominante de absorção da força de trabalho nele alocada o desemprego disfarçado.

Encarar essa forma de inserção da mão-de-obra na estrutura produtiva como desemprego disfarçado, segundo Castan (1975, p.121), não acrescenta nada à compreensão do problema, uma vez que “(. . .) ao privilegiar este tipo de abordagem, os técnicos omitiram a possível necessidade destas formas de emprego para a realização de parte da produção das unidades empresariais (. . .)”.

Na verdade, para Castan (1975, p.120), ambas as categorias – subemprego e desemprego disfarçado – nada mais são do que “(. . .) duas configurações de um mesmo fenômeno, com ociosidade parcial no caso da subocupação e total, embora oculta, no caso do falso emprego”. A utilização dessas categorias de análise – subocupação, subemprego, desemprego disfarçado, falso emprego –, ao ignorar as possíveis complementariedades entre as diversas formas de produção econômica, é útil para “(. . .) desviar a atenção de aspectos relevantes do problema como, por exemplo, que funções desempenham estas atividades intensivas em mão-de-obra (. . .) e qual sua necessidade para o setor empresarial da economia” (Castan, 1975, p.118).

De qualquer forma, a partir dos anos 60, outros enfoques surgiram tendo em vista a perspectiva dos países subdesenvolvidos, em particular latino-americanos, com a criação de teorias voltadas especificamente à realidade concreta destes países. Segundo Hoffmann (1977, p.59),

“(. . .) na maioria dos países do Terceiro Mundo o fenômeno é mais crônico do que cíclico e, por isso, foi qualificado como ‘desempregado estrutural’, entendido como um componente do sistema e como gerado pelo próprio tipo ou modelo de desenvolvimento considerado”.

A sistematização de alguns desses estudos permite situar a natureza do problema do desemprego em economias atrasadas, como o Brasil, sob uma dupla perspectiva, isto é, tendo em vista seus componentes estruturais e conjunturais. Nessa linha de reflexão, inserem-se, mais especificamente, os trabalhos de Souza (1983), Guimarães Neto (1977), Jatobá (1981) e Salm (1974).

Os dois primeiros autores apontam como manifestação básica dos problemas estruturais de emprego a existência de um amplo contingente de trabalhadores que subutilizava sua capacidade de trabalho, auferindo baixíssimos níveis de renda. Afirma Souza (1983, p.139):

“Nas zonas rurais o fenômeno mais importante é o da sazonalidade do emprego que deixa uma grande proporção de trabalhadores sem ocupação durante grande parte do ano; nas cidades, a manifestação principal do problema se dá através da grande massa de trabalhadores autônomos em atividades de muito baixa produtividade (vendedores ambulantes, biscateiros, serviço doméstico, etc.)”.

Guimarães Neto (s.d.) situa da mesma forma a problemática do emprego urbano que para ele se expressa fundamentalmente em altas taxas de subutilização e sub-remuneração da força de trabalho, na presença marcante de atividades onde prevalecem relações precárias de trabalho ou de produção (setores informais) ou, ainda, na persistência, nas últimas décadas, da presença relevante do emprego urbano gerado nas atividades de baixa produtividade, baixa capitalização ou reduzido grau de institucionalização.

Ambos os autores também vinculam os componentes estruturais do desemprego às próprias características do desenvolvimento das economias atrasadas. Para Souza (1983, p.139-40), a conformação do problema estrutural está associada a vários aspectos do desenvolvimento assumido por essas economias, entre os quais cita:

“(. . .) o elevado grau de concentração da terra e o conseqüente estabelecimento de relações de produção típicas do complexo latifúndio-minifúndio; a extrema desigualdade na distribuição da renda que impediu, no início da industrialização, o surgimento de um mercado interno maior e mais diversificado; e o caráter concentrado e diversificado com que se deu o processo de industrialização, fruto da inserção tardia do país no processo de desenvolvimento industrial face aos países capitalistas mais avançados (. . .).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Guimarães Neto (s.d.) associa o desemprego estrutural ao padrão de acumulação de capital vigente nesses países que, embora se realize com altas taxas de expansão; não repercute positivamente nos termos requeridos pela oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho. Nesse sentido, o autor opõe-se também aos argumentos que atribuem as situações de desemprego e subemprego única e exclusivamente ao insuficiente crescimento econômico, pois, segundo ele, existem outros determinantes mais importantes, sendo o principal o padrão de acumulação de capital adotado no país.

Embora a convivência forçada com altas taxas de desemprego tenha sido sempre a tônica do desenvolvimento brasileiro, o recente aprofundamento dos níveis de desemprego aberto pode ser atribuído à política econômica recessiva posta em prática pelo Governo, conforme salienta Souza (1983).

Essas medidas constituem um dos componentes conjunturais responsáveis, em grande medida, pela elevação não só dos níveis de desemprego como os de subemprego, uma vez que provocaram o aumento da subutilização da força de trabalho numa sociedade que "(...) já tem como forma endêmica o subemprego e que necessita incorporar produtivamente um substancial contingente de pessoas que ingressam anualmente no mercado de trabalho" (Jatobá, 1981).

Por outro lado, Salm (1974) destaca que o aumento do desemprego também deve ser visto como resultado de um aspecto particular do descompasso entre oferta e demanda de trabalho nas economias urbanas. Do lado da oferta de mão-de-obra, são as transformações que acompanharam a urbanização e a ampliação do mercado de trabalho (ingresso de jovens e migrantes) e, do lado da demanda, a diminuição do ritmo de crescimento da produção e, em consequência, do ritmo de geração de empregos (Souza, 1983).

Esse excesso de mão-de-obra — criado pelo descompasso entre a oferta e a demanda de trabalho — faz com que aos problemas estruturais se somem os problemas conjunturais de emprego. Mais do que isso, conforme mostra Souza ao examinar o caso da economia brasileira, apesar de constituírem duas dimensões distintas do problema do emprego, os aspectos estruturais e conjunturais estão inter-relacionados em um sentido cumulativo. Ou seja, o encadeamento dessas duas dimensões resulta em crescentes níveis de desemprego e principalmente de subemprego, à medida que, ao não existirem nas economias atrasadas mecanismos capazes de garantir a sobrevivência dos desempregados conjunturais, estes são obrigados a engajar-se em ocupações do setor informal como única alternativa de sobrevivência. Nas fases de crise econômica,

"(...) o setor formal, além de diminuir drasticamente seu ritmo de absorção de força de trabalho, passa a desempregar um certo contingente de trabalhadores que, na ausência de mecanismos de seguro-social como o abono-desemprego, tem que se ocupar nas atividades informais. Como os rendimentos nas ocupações desse setor são baixos, para os desempregados recomprem seus níveis de renda anteriores têm que ocupar um maior número de membros da família. Assim, o setor informal cresce, em termos relativos, enquanto diminui a magnitude do setor formal" (Aguir et alli, 1983, p.99-100).

Face ao desemprego completo, a opção que se coloca, portanto, para esses trabalhadores é o engajamento em atividades geralmente de caráter intermitente ou exercidas em tempo parcial, caracterizando-se muitas vezes por baixa produtividade e reduzida remuneração, remuneração esta que tende a se tornar ainda mais baixa pelo ingresso adicional de outros indivíduos nestas atividades. A esse respeito, afirma Souza (1981, p.60, nota 6) que "O espaço econômico da pequena produção assemelha-se a uma esponja. A quantidade de água contida é variável e corresponde à dimensão ocupacional da produção não tipicamente capitalista".

A pequena produção, como se refere Souza ao conjunto das atividades informais, parece constituir, portanto, o fenômeno mais relevante nos países subdesenvolvidos, dado que a noção de desemprego não reflete toda a problemática do emprego nessas economias dotadas de grande excedente de mão-de-obra.

Talvez por isso, as mesmas controvérsias de que era objeto a noção de desemprego alimentam também o debate em torno do significado do fenômeno do subemprego:

“(. . .) o conceito de subemprego tem contornos ainda mais vagos que o de desemprego quando aplicado a países subdesenvolvidos. Os vários sinônimos ou variantes – desemprego disfarçado, oculto ou invisível, potencial ou latente – pouco acrescentam à clareza conceitual” (Hoffmann, 1977, p.61).

As definições mais comuns de subemprego na literatura econômica corrente baseiam-se no critério de produtividade. Isto é, o subemprego caracterizar-se-ia por uma situação de trabalho em que a produtividade da mão-de-obra seria muito baixa. Os critérios em geral utilizados para identificar uma baixa produtividade seriam ou uma renda mensal baixa relativamente aos padrões vigentes ou a dedicação ao trabalho em período mais curto que o normal, normalidade esta dada pelos padrões capitalistas. Na verdade, a ocupação em determinadas atividades seria quase um sinônimo de “desperdício de trabalho”:

“(. . .) basicamente, o que o conceito de subemprego procura refletir é que uma parte da força de trabalho efetivamente empenhada em certos tipos de atividade econômica está ociosa durante uma parte do tempo, ou, se está trabalhando, é quase improdutiva” (Hoffmann, 1977, p.61).

A subjetividade dessas definições consiste justamente em estabelecer o que seria um período de trabalho normal ou uma renda inaceitavelmente baixa. A crítica que se faz ao uso do critério de baixo nível de renda como indicador da subutilização da mão-de-obra refere-se basicamente aos dois pressupostos que nele estão implícitos: primeiro, que a baixa produtividade decorreria da subutilização da força de trabalho e, segundo, que esta produtividade poderia ser medida adequadamente pelo montante de salário auferido.

As críticas mais agudas a essa visão do subemprego, contudo, referem-se ao fato de esta categoria ser definida pela ótica do “setor moderno capitalista”, ou seja, por seus padrões de produtividade, renda ou padrão de consumo. Isso implicaria desconsiderar a existência de formas distintas de produção, cujas leis de funcionamento, embora subordinadas à dinâmica capitalista, são específicas e próprias.

Críticas a essa visão tradicional do emprego, onde o sistema econômico é visto etnocentricamente pela ótica do sistema capitalista, estão presentes nos textos de Felix et alli (s.d.), Lopes (1976), Faria (1974), Jelin (1974), Souza (1980), Silva (1971) e Singer (1980).

O que os enfoques desses autores reivindicam é a necessidade de reconhecer a heterogeneidade das formas de produzir e não encarar a economia como um todo homogêneo, como fazem os teóricos do subemprego, ignorando inclusive as múl-

tiplas e ambíguas relações de trabalho estabelecidas pela própria empresa capitalista.

Na verdade, tradicionalmente, o conceito de emprego tem sido associado à noção de produtividade e referido ao setor capitalista. Por exclusão, todas as demais situações de trabalho cuja produtividade seja considerada baixa relativamente aos parâmetros do setor moderno são definidas como subemprego, desemprego disfarçado, etc. Em outros termos, a categoria “emprego” aplica-se àquela situação que responde a determinadas exigências de produtividade do sistema capitalista. Conseqüentemente, as categorias subemprego e desemprego disfarçado são utilizadas para caracterizar a mão-de-obra excedente do setor tradicional, de baixa produtividade.

Admitindo a singularidade das diferentes formas econômicas de produzir e, em conseqüência, a especificidade das diversas formas de subordinação dos trabalhadores ao capital, o trabalho de Lopes e Silva contrapõe-se às análises que tendem a apagar a diversidade em uma

“(. . .) unificação analítica prematura em termos de uma onipresença das relações capitalistas e de uma conseqüente proletarização que igualiza caricaturalmente todos os produtores diretos.

“Ao contrário, Lopes enfatiza a necessidade de se analisar as leis próprias de funcionamento de cada sistema econômico, sugerindo que se pense o ‘desemprego’ em cada um desses sistemas, através da relação entre ‘produção’, ‘produtividade’ e ‘subsistências específicas’” (Felix et alli, s.d., p.29 e 32).

A mesma ênfase na diversidade é dada por Faria em seu trabalho **Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade**, onde define como abordagem adequada para o estudo da marginalidade o exame das diversas formas de inserção da população nas estruturas produtivas. O autor supõe a presença, em grau variável, de três formas típicas de organização da produção nas cidades brasileiras:

“(. . .) a produção capitalista que domina e dá sentido às demais, a produção simples de mercadorias que sobrevive como forma subordinada, e a produção doméstica de valores de uso que também aparece como sobrevivência e se subordina às duas outras” (FARIA, 1974, p.147).

Assim, “(. . .) o termo marginalidade passa a englobar uma pluralidade de formas de organização da produção”. Dessa forma,

“(. . .) o fato de certas camadas da população não conseguirem se inserir numa das formas (nas formas capitalistas, por exemplo) não significa que estes sejam marginais ‘strictu sensu’ (ou non-sense) pois estas camadas podem estar inseridas noutras formas de organização e de produção” (Faria, 1974, p.149-150).

Sob essa perspectiva teórica, inserem-se também os trabalhos de Jelin (1974), Souza (1980, 1981 e 1983), Silva (1971) e Singer (1977), onde parece clara a suposição de que a heterogeneidade das relações de trabalho é uma condição dinamizadora do processo de acumulação. Numa tentativa de superar a visão dualista do mercado de trabalho, esses autores apresentam propostas alternativas para o exame das atividades consideradas não tipicamente capitalistas, nas quais o importante é captar

que sua problemática envolve diretamente o entendimento de formas diferenciadas de inserção da força de trabalho em um processo histórico de formação de capital de uma sociedade.

Em suma, o objetivo desses autores consiste na busca das particularidades das diferentes situações de trabalho, tendo como preocupação principal mostrar a heterogeneidade organizativa interna a cada uma dessas formas de organização. Ao admitirem a diversidade de situações de emprego, procuram entender as singularidades de que se revestem, assumindo a própria ótica do agente. Nesses trabalhos percebe-se, portanto, a tentativa de pensar a articulação entre o modo de produção capitalista — a forma de produção dominante — e as demais formas de produção, sem contudo deixar de lado a especificidade destas últimas. É esta a grande contribuição teórica desses estudos para o entendimento da questão do emprego e, mais especificamente, da ocupação em formas não tipicamente capitalistas de produzir.

Bibliografia

- AGUIAR, Marco Antonio de Souza et alii (1983). **Ditadura econômica versus democracia**. Rio de Janeiro, CODECRI.
- ALMEIDA, Inna Luiza Ozorio (1979). Subcontratação e emprego disfarçado na industrialização brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, IPEA, 9(1): 167-184, abr.
- CASTAN, Nelson (1975). Considerações sobre categorias de análise. **Indicadores Econômicos RS**, Porto Alegre, FEE, 3(3), jul./set.
- CUNHA, Paulo Vieira da (1979). A organização de mercados de trabalho urbano. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, FGV, 19(1): 29-46, jan./mar.
- FARIA, Vilmar (1974). Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade. **Estudos Cebrap**, São Paulo, Brasiliense, (9):129-51.
- FELIX, Cleber et alii (s.d.). **Emprego, subemprego e desemprego**. /s.n.t./ (mimeo).
- GUIMARÃES NETO, Leonardo (s.d.). **Urbanização e emprego urbano no nordeste**. /s.n.t./.
- HOFFMANN, Helga (1977). **Desemprego e subemprego no Brasil**. São Paulo, Ática.
- JATOBÁ, Jorge (1981). **Desenvolvimento regional e emprego: o mercado de trabalho**. Brasília, /s.ed./ (Trabalho apresentado no Encontro sobre Emprego e Desemprego no Nordeste). (mimeo).
- JELIN, Elisabeth (1974). Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional. **Estudos Cebrap**, São Paulo, Brasiliense, (9).

- KOWARIK, Lúcio (1977). **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LOPES, José Sérgio Leite (1976). **Notas críticas ao desemprego e subemprego no Brasil**. Rio de Janeiro, M. N.
- O'BRIEN, F. S. & SALM, C. L. (1970). Desemprego e subemprego no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, FGV, 24(4):93-137, out./dez.
- OLIVEIRA, Francisco de (1976). A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. **Estudos Cebrap**, São Paulo, Brasiliense, (16):5-25.
- OLIVEN, Ruben (1980). **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis, Vozes.
- SALM, Cláudio (1974). Evolução do mercado de trabalho: 1969/72. **Estudos Cebrap**, São Paulo, Brasiliense, (8):103-19, abr./jun.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da (1971). **Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade**. Rio de Janeiro, UFRJ. /Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social/.
- SINGER, Paul I. (1971). Força de trabalho e emprego no Brasil: 1920-1969. **Cadernos Cebrap**, São Paulo, (3).
- _____ (1977). Emprego, produção e reprodução da força de trabalho. In: **Economia política do trabalho**. São Paulo, Hucitec.
- SOUZA, P. R. de (1980). **Emprego, salário e pobreza**. São Paulo, Hucitec. (Economia e Planejamento: série teses e pesquisa).
- _____ (1981). Emprego e renda na pequena produção urbana no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, USP, 11(1):57-82, mar.
- _____ (1983). Os impasses atuais das políticas de emprego e de salários. In: BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, R., org. **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. São Paulo, Brasiliense, v.2.
- TAVARES, Maria da Conceição (1974). **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro, Zahar.